

## **Educar para (Com)Viver: Formação em manuais de etiqueta à luz do tempo presente**

---

*Márcia Regina dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo problematizar textos preliminares de dois manuais reconhecidos como literaturas de formação, os quais circularam na sociedade brasileira a partir da década de 1950, no sentido de vislumbrar tais leituras como vetores de memória que se inscrevem em múltiplas temporalidades. Os documentos mobilizados para a pesquisa foram os manuais *O Livro de Etiqueta – um guia para uma vida elegante*, de Amy Vanderbilt, editado pela Record, em 1962 e, *Boas Maneiras*, de Carmen D'Ávila, editado pela Civilização Brasileira, em 1958, ambos publicados no Brasil. A permanência no mercado e a possível identificação com seus interlocutores evidenciaram a mescla de tempos que atuam na convivência em sociedade, bem como, são constitutivos de memórias.

**Palavras-chave:** Literatura de formação, memória, tempo presente.

### **Education for live: Training in manuals of etiquette in the light of the present time**

**Abstract:** This article aims to discuss preliminary texts of two manuals recognized as literatures of formation, which circulated in Brazilian society from the decade of 1950, in order to discern such readings as vectors of memory that fall into multiple temporalities. The documents used for the research were the manuals *The Book of etiquette - a guide for a stylish life*, Amy Vanderbilt, edited by Record, in 1962, and *Good Manners*, Carmen D'Ávila, edited by the Brazilian Civilization, in 1958, both published in Brazil. The sojourn on the market and possible identification with his interlocutors showed the mix of times that act in harmony in society, as well, are constituents of memories.

**Keywords:** Training literature, memory, present time.

Artigo recebido em 07/05/2017 e aprovado em 28/09/2017.

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS

A História, conhecimento que se utiliza do tempo como essencial artefato de construção, passou por inúmeras transições, tanto na questão das abordagens quanto na própria produção, desde a sua constituição como campo de saber. A partir da segunda metade do século XX, período posterior aos dois grandes conflitos mundiais, o fazer histórico foi irremediavelmente alterado por uma percepção temporal que não poderia mais se amparar na consulta de passados para projetar futuros. Nesse contexto, emergiu a História do Tempo Presente como uma perspectiva para elaborar formas de entendimento acerca de eventos temporalmente próximos e subjetivamente contemporâneos aos historiadores instigados por esse olhar. Inscrito no movimento que trata de um passado próximo e evidencia elementos que ressoam sobre a minha escrita, o presente artigo tem por objetivo problematizar textos preliminares de dois manuais reconhecidos como literaturas de formação<sup>II</sup>, os quais circularam na sociedade brasileira a partir da década de 1950, no sentido de vislumbrar tais leituras como vetores de memória que se inscrevem em múltiplas temporalidades. Os documentos mobilizados para a pesquisa foram os manuais *O Livro de Etiqueta – um guia para uma vida elegante*, de Amy Vanderbilt, editado pela Record, em 1962 e, *Boas Maneiras*, de Carmen D'Ávila, editado pela Civilização Brasileira, em 1958, ambos publicados no Brasil.

As duas obras em questão são compreendidas como produtos culturais alocados em tempo e espaço específicos, que se constituem como memória exercitada, a qual Paul Ricouer infere ser dotada de duas dimensões: uma cognitiva e outra pragmática. Segundo o autor, “as duas abordagens, cognitiva e pragmática, se reúnem na operação da recordação; o reconhecimento, que coroa a busca bem-sucedida, designa a face cognitiva da recordação, ao passo que o esforço e o trabalho se inscrevem no campo prático”<sup>III</sup>. Por conseguinte, essas dimensões remetem aos sentidos e usos da memória, condições estas articuladas aos manuais, considerados depositários dos modos civilizados, construídos no passado e, que estavam ali para serem recordados e aplicados no cotidiano do presente. Escritos sob forma prescritiva, os manuais construíam elos de ligação com passados remotos ou próximos e, até mesmo, desconectados das sociabilidades para as quais se destinava esse tipo de leitura. Na condição de situar as dimensões na constituição de memória a ser abordada, são evidenciadas as relações temporais que intermediam o aspecto cognitivo de passados evocados para ensinar o presente, bem como, o pragmático, que projeta futuros a partir dos exercícios de memória elaborados no presente por meio das prescrições tratadas nos manuais. Essa convivência, nada pacífica, de múltiplas temporalidades, de acordo com Reinhart Koselleck<sup>IV</sup> se acomoda em estratos de tempo que se alternam e constituem um presente assolado por passados e futuros.

No sentido de iluminar a forma como esses manuais contribuíram para uma construção de memória, esse estudo buscou vislumbrar aspectos da memória exercitada nos textos preliminares veiculados nas obras. A elaboração das prescrições constantes em tais leituras permite circunscrevê-las como um exercício de memória constituído como meio da sensibilização dos (as) leitores (as) para novas formas de ser e conviver nos diversos grupos sociais, especialmente, os que tinham acesso a esses produtos culturais. A peculiaridade dos textos prescritivos remete, ainda, aos possíveis usos dos mesmos, uma vez que, ao sugerirem hábitos e modos, têm o potencial de compartilhamento ampliado, possibilitando que pessoas sem contato com as leituras

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS

também internalizassem seus ensinamentos, entrando em contato com a vivência das práticas prescritas. Dessa forma, os manuais de Vanderbilt e D'Ávila, além de servirem como guias formativos para seus (as) leitores (as), igualmente, podem ter contribuído para ilustrar as relações sociais também de não leitores (as).

A prática de escrever manuais com intuito de instituir padrões e educar para a civilidade não foi uma inovação do século XX. Pelo menos, desde o século XVI foram identificadas relevantes obras que trataram das questões educativas relacionadas aos hábitos, a higiene, ao convívio de uma forma geral. A obra *De Civilitate morum puerilium* de Erasmo de Roterdã, publicada pela primeira vez em 1530, tornou-se um ícone das obras dedicadas aos processos formativos de comportamentos. Organizado em sete capítulos, o livro apresentava prescrições para crianças em diversos tipos eventos e situações vivenciadas em um ambiente citadino. Como meio de padronização e orientação das crianças para conviverem de forma ordenada e pacífica, o livro consagrou-se como um manual de formação, o qual foi traduzido para muitas línguas e editado inúmeras vezes. A intensificação da vida urbana e a formação de novas classes nas sociedades europeias demandaram o estabelecimento de parâmetros de comportamento ajustados ao ambiente das cidades e os seus diversos eventos e grupos. Os embates pelo controle da circulação do capital favoreceram a emergência da burguesia, classe prioritariamente urbana, a qual almejava ilustração no sentido de equiparar-se aos herdeiros da nobreza, portadores de uma identificação familiar tradicional que os assegurava espaços e acessos. As publicações que tinham como matéria as prescrições comportamentais eram artefatos auxiliares na questão da educação dos corpos, na elaboração das ideias e no refinamento dos modos. Aprender bons modos possibilitava acesso aos círculos sociais de maior poder aquisitivo e ampliava oportunidades na sociedade cortês, por esses motivos se disseminavam os manuais e se reproduziam os estereótipos.

No decorrer do século XIX consagrou-se a produção de um campo literário voltado para as boas maneiras. Os conflitos vivenciados por toda a Europa, a formação dos Estados Nacionais, as grandes revoluções ocorridas até a primeira metade do século, as transferências no monopólio do capital, todas essas questões produziam constantes demandas de reordenação social. A produção de tratados e manuais de boas maneiras se inspirava nessas necessidades e obteve considerável espaço no consumo de leitura nesse período. “Os manuais possuíam uma estrutura original que privilegiava a leitura rápida e objetiva. A consulta era fácil. E podia-se ir direto ao tema selecionado, sem precisar passar, obrigatoriamente, pelos demais”<sup>V</sup>. No Brasil, um dos mais antigos manuais publicados foi o *Código do bom-tom ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, em 1875, do Cônego José Inácio Roquette, publicado pela primeira vez em Portugal, em 1845. Em seu país de origem, o manual era considerado um importante referencial de educação, uma vez que, o autor contava com as experiências provenientes do convívio com a nobreza e a realeza em Paris e Londres. Com a formação da nobreza em terras subtropicais, a publicação previa atender as necessidades de educação de um reino jovem e em crescimento.

No século XX, já no Brasil republicano, esse tipo de publicação ampliou os espaços de circulação, fazendo parte inclusive da educação escolarizada figurando entre os materiais utilizados na formação de normalistas<sup>VI</sup>, futuras professoras e disseminadoras dos modos apreendidos. O material impresso com suas peculiaridades de duração, reedição, circulação, dificulta sobremaneira contabilizar precisamente a dimensão dos usos e das leituras. No entanto, na recolha de indícios, na identificação de

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS

vestígios e no entrecruzamento das fontes é possível constituir um lugar para esse tipo de pesquisa, no qual se inscreve o subjetivo e o simbólico. Em um movimento repetitivo, alguns passados persistem, inovados por nomenclaturas e roupagens, alimentados por elementos que os estruturam e por sujeitos que os legitimam, e, a partir desses passados que se fazem os presentes mobilizados pela História sob a perspectiva do tempo presente. Práticas, concepções, modos e lugares se inscrevem nos processos de mudança justamente para permanecerem, construindo presentes não sobre, mas, de passados que, a um só tempo, asseguram condições e desmotivam rupturas. Selecionado da desordem de um baú cheio de passados, é sobre um deles, representado por manuais de etiqueta e boas maneiras, que se debruçou esse estudo.

Os manuais de etiqueta e boas maneiras, foram presentes na sociedade brasileira, possivelmente, desde que os primeiros escritos chegaram juntamente com a colonização portuguesa. No entanto, o que se ressalta aqui é a perenidade desses objetos e a sua identificação com as transformações sociais, uma vez que, os costumes são elementos móveis no universo cultural, mesmo quando alinhavados pela perpetuação de práticas consideradas tradicionais para determinados grupos. O número de edições identificadas dos manuais de Vanderbilt e D'Ávila são indiciários de permanências. Os projetos editoriais, motivados por retorno comercial e financeiro, sinalizam para um possível sucesso de vendagem de publicações que permaneceram editadas e reeditadas por várias décadas.

A extensão da repercussão do manual *Boas Maneiras*, da autora Carmen D'Ávila, sugerida pelo volume da obra de 385 páginas e as seis décadas em que permaneceu em produção, é um indício de uma estreita identificação com essa leitura, em um presente que se apresenta alargado. Segundo rastreamentos virtuais, a publicação desse livro com data mais antiga foi em 1936 e, a mais recente, em 1997<sup>VII</sup>. Destaca-se o intervalo de prováveis sessenta e um anos em que o manual permaneceu em circulação. A edição utilizada nessa pesquisa é de 1958, a 11ª edição com indicações de ter sido revisada e aumentada, com a produção de 89 milheiros por edição. A longevidade dessa publicação permite problematizar essa identificação de leitores (as) com os manuais de etiqueta, a constante demanda por formação, a capacidade temporal dos escritos e, principalmente, a historicidade desses materiais. A partir da premissa de que a mesma editora não investiria por tanto tempo em um produto sem retorno financeiro e assumindo a limitação de não comparar os discursos contidos nas edições de seis décadas nesse momento, presumo a densidade das identificações elaboradas, a capacidade de representação e a constituição de memórias que viajaram pelo tempo e formaram gerações.

No entanto, a longevidade não foi uma exclusividade da obra de D'Ávila. O manual *O Livro de Etiqueta – um guia para uma vida elegante*, da autora americana Amy Vanderbilt, foi encontrado a edição mais antiga no ano de 1958 e, a possível última, reeditada, em 2000, com o título alterado para *O livro completo de etiqueta de Amy Vanderbilt*<sup>VIII</sup>. Esse manual é menos extenso, com 342 páginas, porém, com maior investimento estético no material, portando uma capa dura, ilustrada em cores e acabamento minucioso. É provável que não fosse uma publicação de baixo valor, devido à materialidade do suporte em relação ao outro do mesmo período, entretanto, o interesse editorial é perceptível por meio da produção de uma reedição na virada do século XX, sinalizando um intuito de atualização dos discursos. As motivações de um empreendimento desse tipo podem ter diversas naturezas, mas, estavam circunscritas a lógica de um mercado editorial em crescente concorrência ao longo do século XX<sup>IX</sup>, o

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS

qual sobrevivia – e, possivelmente, ainda sobrevive – às custas dos sucessos e fracassos de suas publicações. A constituição de uma memória por meio desse tipo manual recorre constantemente às aproximações com problemáticas contemporâneas ao historiador. A partir de que “a própria definição da história do tempo presente é ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos”<sup>X</sup>, os títulos que alcançaram uma longa produção e circulação são depositários de ideias que, possivelmente, inspiraram a continuidade da produção desse tipo de manual, adentrando a década posterior ao ano 2000.

Manuais de etiqueta e boas maneiras são produções carregadas de aspectos que os ligam a passados remanescentes e, teoricamente, atuam no viver das sociedades que, em diferentes conjunturas, demandam por balizas norteadoras da vivência e da adequação de homens e mulheres às transformações culturais. O *Prefácio*, assinado por Yvone Lopes, do manual de Vanderbilt anunciava: “Percorrendo as páginas deste livro, verá a leitora que a Etiqueta se patenteia na combinação ideal da ortodoxia e evolução”<sup>XI</sup>, destacando a necessidade de conexão com as transformações correntes sem abandonar a legitimidade do conhecimento adquirido. A questão da anterioridade, tratada por Ricouer, é referenciada como um tipo de ortodoxia que mantém um elo com passados. A narrativa estabelece relações, ainda que, subjetivas, com intuito de dar a ver homogeneidade e harmonia nas prescrições que os conteúdos oferecerão. Esse protocolo de leitura destaca também as intensões editoriais.

Ao trazer à publicidade este livro, moveu-nos o desejo de ver difundido em nossa pátria os princípios básicos e universais da arte-elegância que se denomina Etiqueta, a fim de que brasileiros e, principalmente, brasileiras, deles se possam utilizar em favor de uma existência, requintada ou simples, mas sempre adornada com toques de beleza, de distinção, harmonia e graça<sup>XII</sup>.

Sob o enfoque de “princípios básicos e universais”, as prescrições oferecidas pelo manual eram construídas a partir de um ideal homogeneizante, o qual buscava estabelecer padrões para a vida em sociedade. Oferecida principalmente às mulheres, a leitura se colocava como um subsídio para a elaboração de distinção nos grupos sociais, uma vez que, os referidos padrões permaneciam circunscritos a uma série de condicionantes, como, por exemplo, ter poder aquisitivo para comprar o manual e ter habilidade para a leitura. De toda forma, colocada como possível para pessoas de vida requintada ou simples, a leitura pretendia estimular o movimento de lembrar os modos de antepassados distantes temporalmente, bem como, espacialmente, no sentido de suscitar uma “lembrança secundária” ou “reprodução”<sup>XIII</sup>, condição que permite o ressoar de um presente passado evocado, evidenciando a duração e caracterizando a internalização. Apesar de que, os referidos antepassados poderiam pertencer a outras culturas, autenticando o processo como parte de um amplo desenvolvimento civilizatório.

O volumoso manual de D’Ávila, foi organizado em 11 capítulos, compostos por 206 itens, os quais contemplam diversas situações que a vida em sociedade impõe aos indivíduos e exige dos mesmos comportamentos condizentes e aprazíveis. Os capítulos estão anunciados como *A cortesia fora de casa*, *Cumprimentos*, *Convenções*, *Em sociedade*, *Em vilegiatura*, *A mesa*, *A correspondência*, *A Igreja*, *O nascimento*, *O casamento* e *Cerimônias fúnebres*. Na nota introdutória do manual a autora anunciava que “este livro é um secretário particular, confidente discreto dos pequenos embaraços da nossa vida em sociedade” e, a partir desse conceito o resultado foi o desdobramento Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 08, n. 04, p. 67-78, jul./dez. 2017| <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS

dos capítulos em um esforço de exemplificar com orientações específicas acerca dos diversos tipos de convivência. Desde as questões ocorridas entre os familiares até a referência às mais altas autoridades foram abordadas pela autora, no sentido de que havia um protocolo para todas essas relações e estar apto a desempenhá-los surtia confiança sobre os pares e abria possibilidades e acessos. Segundo as palavras preambulares do escritor Cesar Netto:

Polir os costumes é exercer uma função de alta benemerência. Para assegurar à trama das sociedades consistência e duração não basta decretar as normas que tutelam o interesse e resguardam a imunidade pessoal. [...] Fiar-lhes dos códigos decretados pelo poder político a existência e o bem-estar é supor que lhes podemos garantir esses bens essenciais, preservando-os apenas do que a nossa natureza tem de mais revêso, agressivo e contundente<sup>XIV</sup>.

A necessidade de formação era enfatizada nos textos preliminares dos dois manuais. A proposta de esquematizar o período de uma vida em comportamentos esperados sugeria uma sociedade organizada, pacífica, desconsiderando a parte que jamais teria contato com essas prescrições. Se a construção de memórias que se configurariam em saberes permanecia limitada ao universo dos consumidores-leitores desse tipo de manual, havia ainda e perspectiva de transpor os saberes em práticas e, dessa forma disseminar os modos. Em consonância com Ricoeur,

O que assim é valorizado é o conjunto a que pertence a recitação, o das habilidades, que têm, todas, a característica comum de estar disponíveis, sem exigir o esforço de aprender novamente, de reaprender; assim sendo, todas estão aptas a ser mobilizadas em múltiplas oportunidades, abertas por sua vez a certa variabilidade<sup>XV</sup>.

Os manuais constituíam um repertório de atitudes que eram disponibilizadas por meio da leitura, entretanto, isso não era garantia de que os modos fossem instituídos. Para tanto, os argumentos da distinção e da ascensão social era motivadores no que tange à internalização dos comportamentos prescritos. A busca de pertencimento e, mesmo, ter facilitada a circulação entre as “cadeias entrelaçadas de interdependência”<sup>XVI</sup>, suscitavam o desejo pela ilustração, ainda que não fosse possível pela leitura, a reprodução das formas e dos modos constitutivos de uma memória de repetição com possibilidade de espriar-se pela coletividade. Destacar-se pelo polimento das atitudes era uma forma de adjetivar uma existência desprovida da herança de riquezas, sobrenomes ou títulos.

O manual de Vanderbilt, com 341 páginas, estava organizado em 9 partes, nomeadas de *As cerimônias da vida*, *O trajar e as maneiras*, *Recebendo em casa*, *Nossa casa*, *Correspondência*, *A família e a educação social das crianças*, *Sua vida pública*, *Etiqueta social para os civis* e *Viajar*. Estas se subdividiam em 74 capítulos, os quais contemplavam as especificidades de cada item, oferecendo prescrições para cada tipo de ocasião. Não obstante, os capítulos tratarem das diversas situações cotidianas, os modos de reagir às mesmas tinham como base a formalidade e o respeito aos rituais sociais. Essa perspectiva sobre a etiqueta pode estar relacionada à vivência da autora e a forma como constituiu seu entendimento sobre a matéria que se dedicou a escrever. Segundo a própria, “dez anos como conselheira de etiqueta, quatro anos escrevendo este trabalho – quatro anos entrevistando dezenas de autoridades em diversos setores em busca de material a incorporar aqui”<sup>XVII</sup>. A descrição do percurso da escrita destaca um longo trabalho de pesquisa, no qual foi adquirido um repertório de comportamentos que se

Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 08, n. 04, p. 67-78, jul./dez. 2017|  
<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

configuraram em um manual com o potencial de estruturar elos entre as vivências passadas e possibilitar a sua permanência como prática entre grupos de leitores (as).

A duração desses materiais no tempo permite uma construção de memória, a qual é exercitada a cada geração que internaliza e pratica suas prescrições. A relação entre os tempos de produção dos manuais, ou a ausência da mesma, constitui um eixo simbólico que produz memórias e evidencia a duração nas quais se configuram determinadas formas de ver e estar em sociedade. “Trata-se aqui de um eixo temporal móvel, cujo ponto de origem é sempre a geração atual e que, por isso, se desloca constantemente”<sup>xviii</sup>. É nesse sentido que o olhar sobre esses diversos tempos de produção de prescrições se concentra em aproximar-se sucessivamente daqueles presentes e vislumbrar se há correlações e memórias possíveis a partir das narrativas ali constituídas.

O autor François Hartog, em seus estudos desenvolvidos a partir dos eventos traumáticos ocorridos no século XX, infere que os mesmos ocasionaram “crises de tempo” das quais emergiram o que o autor chama de novos “regimes de historicidade”<sup>xix</sup>. O caos gerado pelas duas guerras mundiais e os eventos que as sucederam ocasionaram um rompimento com as formas de entendimento histórico produzidas até então, sustentadas por análises estruturais que permitiam fazer prognósticos. Apenas a datação cronológica não comportava mais a organização dos eventos uma vez que a desestruturação dos sistemas sociais perdia a linearidade da relação passado-presente-futuro. O autor pondera que a construção do conhecimento histórico a partir das múltiplas temporalidades permite a ampliação da perspectiva eurocêntrica e ressalta a mobilização da noção de “estrutura da conjuntura”<sup>xx</sup>. A utilização do termo “estrutura” remete aos elementos constantes os quais criam as condições para que os eventos ocorram novamente sob os moldes da conjuntura atuante, sem o peso da preponderância e nem a limitação da hierarquia. Os pontos de intersecção entre os manuais produzidos em cronologias diversas – são evidenciados nos títulos dos capítulos de cada manual – são indícios de uma estrutura sobre a qual se ampara a perenidade do tema, no entanto, negam a redução das prescrições contidas nos livros a meras reproduções passivas de termos já circulantes.

A permanência das edições citadas pode estar relacionada ao ponto em que Koselleck trata de sistemas que subsistem aos eventos individuais, ou seja, formas de conduta consciente ou inconsciente que condicionam os indivíduos e, por sua vez, criam condições de repetibilidade num processo de compartilhamento sugerido, passível de gerar ou não identificação, no caso dos manuais, entre os seus leitores e leitoras. A questão da repetibilidade se dá em vários níveis no sentido da grande quantidade de informações que os manuais oferecem. Assim como determinados itens podem ter sua internalização e compartilhamento de forma amplificada, outros podem definitivamente permanecer no status das leituras que ornamentam as estantes. A alta demanda pelo mesmo título permite pensar um grau elevado de identificação com aquele tipo de prescrição e, por conseguinte, um intenso compartilhamento com condições de produção de uma memória sobre os conteúdos oferecidos pela obra.

A perenidade dos manuais de etiqueta e boas maneiras remete não somente ao caráter provisório e incompleto da formação social, como também a presença de elementos estruturais sob os quais se constituem as relações sociais. A existência de movimentos de contenção já era evidenciada por Norbert Elias ao desenvolver as suas “sugestões para uma teoria de processos civilizadores”<sup>xxi</sup>, nas quais trata das transformações comportamentais e culturais da sociedade de corte. No entanto, essa

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

aproximação dos temas de caráter formativo não é suficiente para compreender a permanência desse tipo de produto cultural por tantos anos. A mobilização de elementos estruturais como, por exemplo, a relação com a ancestralidade colonizadora, acompanhou as transformações conjunturais, revigorando as concepções sobre a vida em sociedade.

As transformações físicas e econômicas que sofre o país trazem inevitavelmente transformações sociais. Os pioneiros de uma terra virgem chegam naturalmente como trabalhadores, pois todas as mãos são necessárias, as comodidades de vida equivalem a prêmios, e assim pouco ou nenhum vagar ou dinheiro existe para o imediato desenvolvimento de uma aristocracia. Eis porque todas as velhas famílias americanas, inclusive a minha, possuem aqui fortes e singelas raízes. Algumas poderão ter trazido com elas as maneiras de salão de mais antigas civilizações, mas acharam que muitas das finuras do viver exigiam adaptação – ou melhor, tinham de ser afastadas – nesta vigorosa, atarefada terra nova<sup>XXII</sup>.

Os múltiplos estratos de tempo emergem nas relações entre a estrutura e a conjuntura sobre as quais se refere a *Introdução* de Amy Vanderbilt. As referências utilizadas pela autora valorizam sobremaneira os costumes preservados pelas famílias da aristocracia tradicional americana. A concepção de etiqueta para a década de 1960 permanece inspirada pelos hábitos dos “pioneiros da terra” que, meritocraticamente, construíram suas riquezas e reproduziram as “maneiras de salão de mais antigas civilizações”. O presente da produção da obra contempla um passado que pode ser revitalizado pela construção da narrativa. O livro do qual foi retirado o excerto, contém na folha de rosto, um carimbo indicando que foi vendido pela Livraria Americana, na cidade de Passo Fundo, situada no interior do estado do Rio Grande do Sul. Esse dado não me permite estabelecer qualquer fronteira para a difusão dos conceitos de boas maneiras e convivência social, bem como, me permite aproximar as demandas de formação de grupos sociais que podem se encontrar tanto na sociedade norte-americana quanto no longínquo interior do extremo sul brasileiro, compartilhando de uma semelhante estrutura.

A vontade de compartilhar dos mesmos modos da dita aristocracia era uma estratégia de forjar pertencimento e igualdade. O desejo de convívio está associado a legitimação do grupo e, possivelmente, o desfrute dos privilégios dispensados no ambiente. A estabilização dos grupos sociais em um contexto de urbanização e industrialização, como o brasileiro, estabelecia formas de inserção que, em tese, garantia um espaço social condizente com as expectativas. Portanto, elaborar, escrever, compilar, traduzir e fazer circular manuais com normas de convivência e civilidade contribuiria para a normalização de uma sociedade em desenvolvimento, bem como, abriria flancos para uma suposta ascensão. Esse tipo de obra revigorava meios de distinção e sugeria o compartilhamento de modos culturais considerados baluartes da ética social.

Entre os debatedores públicos acerca do tema da etiqueta era comum construir comparativos entre outras culturas e a brasileira e, os parâmetros, comumente, eram mencionados como “mais civilizados”. Os textos preliminares do manual de Carmen D’Ávila apresentaram o artigo do colunista Guilherme de Almeida, publicado no Diário de São Paulo de 12 de janeiro de 1949, do qual reproduzo aqui um excerto, nesse sentido, elucidativo.

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

Foi o mongólico Keyserling, com seus maxilares salientes e seus bigodes e barbicha “à la” Geingis-Khan, quem das suas excursões eruditas pelas Américas tirou esta, para nós, desvanecedora mas inquietante conclusão: - “O brasileiro é o povo mais cortês que existe”. Será mesmo? Ou, antes, será “ainda”?...Não sei, não. Quem assiste à tomada-de-assalto de um bonde (justamente o veículo que traz, ou trazia, no interior a popular tabuleta: “Cortesia obriga a cortesia”), ou ouve as altas piadas na penumbra dos mais elegantes cinemas, fica numa dúvida triste e séria. Somos, talvez, o povo mais tímido que existe. E – é natural – da timidez resulta sempre uma espécie de delicadeza que não se deve confundir com polidez. Cessada a causa intimidante, pelo encorajamento coletivo – o pânico, na tomada de um bonde, ou a escuridão propícia, numa sala de cinema –, a falsa cortesia desmancha-se logo em franca bestialidade<sup>XXIII</sup>.

É preciso explicar que o referido artigo foi reproduzido no manual de D’Ávila justamente por tecer elogiosas críticas ao livro pelo fato de ser uma alternativa produtiva no sentido de superar o comportamento de “franca bestialidade” ao qual se entregavam os indivíduos em alguma situação coletiva de tensão ou disputa. A convivência nos espaços públicos, segundo o colunista, era palco de situações em que as pessoas poderiam sofrer um descontrole das pulsões e protagonizar cenas lastimáveis. Portanto, ter um guia que ilustrasse o comportamento esperado e considerado civilizado ajudaria sobremaneira nesse processo de formação. Pensando com Ricoeur, “toda sociedade tem o encargo da transmissão, através das gerações, daquilo que ela considera suas conquistas culturais”<sup>XXIV</sup>. Então, sob uma perspectiva evolutiva em que se parte de algo que vai ser aperfeiçoado até alcançar um ideal, se verifica a dimensão pragmática das prescrições constantes em manuais de boas maneiras, que buscam transformar conhecimentos acumulados em condições práticas de melhoria para o futuro.

Para evidenciar aspectos pragmáticos da memória, Ricoeur realiza uma abordagem sob a perspectiva de abusos da memória, nos quais determinados excessos de memória constituem memórias artificiais sujeitas aos abusos da manipulação ou interdição. Segundo o autor, “para a memória artificial, tudo é ação, nada é paixão. Os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade de sua escolha; e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinadas”<sup>XXV</sup>. A construção de memória por meio do reforço de concepções estrutura a permanência que, pela repetição, se legitimam como tradições ou heranças culturais. Assim como Vanderbilt evocou “as maneiras de salão das mais antigas civilizações”, D’Ávila, ainda que uma autora supostamente brasileira, também referenciou os modos ancestrais de convivência em um comparativo com as suas próprias experiências.

Este livro é um secretário particular, confidente discreto dos pequenos embaraços da nossa vida em sociedade.

A edição que hoje vem a público é a décima primeira, e, como das outras vezes, não me ocorre a quem possa eu oferecer um só dos seus exemplares...

Porque foi precisamente na convivência fidalga de todos quantos me cercam, que aprendi as lições que aqui deixo<sup>XXVI</sup>.

No intuito de enfatizar a distinção dos grupos pelos quais circulou, a autora atribui às suas experiências uma “convivência fidalga”, sinalizando um elo simbólico com as formas de vida identificadas entre a nobreza ou a aristocracia. Os passados de experiências distantes e diversas são recrutados em um movimento de aproximação e edificar lastro para as prescrições disponíveis nos manuais. Dessa forma, as autoras atualizam a importância do seu tema, bem como, legitimam o lugar das suas narrativas

Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 08, n. 04, p. 67-78, jul./dez. 2017|  
<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

que devem conquistar relevância no presente de suas escritas. A referencialidade evocada nos manuais constitui relações com passados que fazem menção a uma anterioridade dos eventos, ou, dos modos. O autor Paul Ricouer explica em sua obra que essa relação temporal em que o presente mobiliza um passado para ocorrer, dá uma dimensão cognitiva para a memória, a qual evidencia seu caráter de saber. Essa mobilização se refere ao ato de lembrar, que, segundo o autor, “consiste em fazer reviver o passado evocando-o entre várias pessoas, uma ajudando a outra a rememorar acontecimentos ou saberes compartilhados”<sup>XXVII</sup>. Assim sendo, a relação, em muitos casos inventada, com antepassados pertencentes a nobreza e a sociedade de corte torna-se o lastro para legitimar comportamentos e posturas que se deseja instituir e, que se considera como ícones de civilização.

Quando o autor Koselleck indaga sobre “o quão nova é a modernidade?”<sup>XXVIII</sup>, suscita a discussão de que cada tempo caracteriza o “novo” amparado na superação dos paradigmas e pondera que este, mobilizado como categoria histórica, é composto por várias camadas de tempo que se sobrepõem e se alternam impulsionados pelo meio em que se inscrevem. Os manuais de D’Ávila e Vanderbilt não são novos e tão pouco, iguais, mas, são compostos por vários estratos de tempo que ora se mostram e ora se ocultam em um movimento de adequação aos objetivos editoriais e as sensibilidades que despertam nas leitoras e leitores. A permanência no mercado e a identificação com seus interlocutores são produtos dessa mescla de tempos que misturam passados, presentes e futuros em um sedutor jogo de palavras. Afirmar que as boas maneiras não mudaram ou que são apenas elementos de um memória-repetição seria mero reducionismo em um processo que permanece em constante mudança para permanecer.

A perenidade das obras destacadas foi incentivada pelas estratégias editoriais que atendessem ao objetivo comercial da venda, pelos referenciais de autoria reconhecida internacionalmente, a evocação de culturas estrangeiras “mais civilizadas”, a experiência de vida dos autores, porém, esses elementos funcionam como legitimadores das leituras mas não definem, unicamente, a sincronia com os leitores. Não é possível fazer afirmações sobre o sucesso de edição dos manuais de Carmem D’Ávila e Amy Vanderbilt. Considerando o possível valor de venda de uma obra volumosa, me permito pensar sobre um grupo seletivo de leitores, com certo poder aquisitivo, desejoso de formação como meio de ascensão e circulação, ou, mesmo, desejoso de ser portador de certos ícones de distinção – como livros de boas maneiras – para ostentar em seus ambientes. Os manuais atendiam às propostas firmadas em seus textos preliminares, configurando-se em um indicativo de pertencimento aos grupos preservadores de tradições e preocupados com uma organização social que os mantenha em lugares e destaque e cargos de comando. Nesse sentido, um passado nobre, glorioso, tradicional lhes cabe como evocação de uma presença externada em seus hábitos e comportamentos refinados. Portanto, manter esse vínculo, alimentá-lo e mostrá-lo, contribui para jogos de encenação que asseguram os espaços e as diferenças, contribuem na manutenção de um *status quo* que privilegia e exclui, mantendo uma ordem reproduzida em memórias que, podem transitar da solitária produção de sentidos única de uma leitura individual para um corpo social que subjetiva e compartilha as sugestões formuladas para estruturar permanências.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC) na Linha de Pesquisa Políticas de memória e narrativas históricas. Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP/UDESC). E-mail: [marcia0705@gmail.com](mailto:marcia0705@gmail.com).  
Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 08, n. 04, p. 67-78, jul./dez. 2017|  
<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

<sup>II</sup> A nomenclatura aqui foi utilizada segundo a ideia de que a literatura de formação é “considerada como uma agência de socialização comparável à família e à escola (...) que assume a função de formar , através da mimesis, o/a leitor/a”. (FREITAG, 1994, p. 89).

<sup>III</sup> RICOEUR, 2007, p. 71.

<sup>IV</sup> Em sua obra, para elucidar a compreensão sobre temporalidades, o autor considera a metáfora que remete a “formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica” (KOSELLECK, 2014, p. 19). A partir da verificação geológica, aproximou o conceito da atuação dos planos temporais sobre os eventos que constituem a história e cunhou a expressão “estratos do tempo”.

<sup>V</sup> SCHWARCZ, 1997, p. 12.

<sup>VI</sup> Em seu estudo, a autora Maria Teresa Santos Cunha (2005) aborda a formação de estudantes do Curso de Magistério (as normalistas, como eram conhecidas) e aponta os manuais de civildade como uma das principais fontes para a formação das futuras professoras.

<sup>VII</sup> Uma ampla busca em diversos vendedores hospedados no site de comércio denominado “Mercado Livre” e no sebo virtual chamado “Estante Virtual” indicou a possível comercialização de inúmeras edições do manual, sendo que, a data mais recuada, com indicação de ser a 1ª edição, constava no ano de 1934 e, a mais recente, sem a indicação do número de edição, no ano de 1997. Disponível em: <https://livros.mercadolivre.com.br/boas-maneiras%C3%98-carmen-d-%C3%A1vila> e <https://www.estantevirtual.com.br/livros/carmen-davila> . Acesso em: 20 jun. 2017.

<sup>VIII</sup> Dados coletados nos mesmos endereços eletrônicos anteriormente especificados. Disponível em: <https://lista.mercadolivre.com.br/o-livro-completo-de-etiqueta-amy-vanderbilt> e <https://www.estantevirtual.com.br/livros/amy-vanderbilt/o-livro-de-etiqueta/2223390707> . Acesso em: 20 jun. 2017.

<sup>IX</sup> Sobre a questão do desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e o histórico de algumas editoras consultar a obra de Laurence Halewell (2005).

<sup>X</sup> ROUSSO, 1998, p. 63.

<sup>XI</sup> VANDERBILT, 1962, p. XVII.

<sup>XII</sup> Ibidem, p. XVIII.

<sup>XIII</sup> Op. cit., p. 50.

<sup>XIV</sup> D'ÁVILA, 1958, p. 7.

<sup>XV</sup> Op. cit., p. 44.

<sup>XVI</sup> ELIAS, 1993, p. 207.

<sup>XVII</sup> Op. cit., p. XIX.

<sup>XVIII</sup> KOSELLECK, 2014, p. 269.

<sup>XIX</sup> Em sua obra, o autor discute a emergência de uma nova relação temporal em função da ruptura de paradigmas que sustentavam a relação de expectativa no que se refere ao futuro, bem como, infere que “um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias (HARTOG, 2014, p. 11).

<sup>XX</sup> HARTOG, 2014, p. 64.

<sup>XXI</sup> Op. cit., p. 191.

<sup>XXII</sup> Op. cit., p. XX.

<sup>XXIII</sup> Op. cit., orelha.

<sup>XXIV</sup> Op. cit., p. 75.

<sup>XXV</sup> Op. cit., 2007, p. 80.

<sup>XXVI</sup> Op. cit., p. 5.

<sup>XXVII</sup> Op. cit., p. 55.

<sup>XXVIII</sup> Op. cit., p. 209.

## **Referências Bibliográficas**

CUNHA, Maria Teresa Santos . História, Educação e Civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 e 1960. **Educação**, Santa Maria/RS, v. 30, n. 2, p. 121-138, 2005.

**EDUCAR PARA (COM)VIVER:  
FORMAÇÃO EM MANUAIS DE ETIQUETA À LUZ DO TEMPO PRESENTE**

*MÁRCIA REGINA DOS SANTOS*

---

- D'ÁVILA, Carmen. **Boas maneiras**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Civilização Brasileira S/A, 1958.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 2: Formação d Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FREITAG, Bárbara. **O indivíduo em formação**: diálogos interdisciplinares sobre educação. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre a história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC/Rio, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Código do Bom-Tom**. J. I. Roquette. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VANDERBILT, Amy. **O Livro de Etiquêta – um guia para uma vida elegante**. Rio de Janeiro/RJ: Récord, 1962.